

Caravana de Inovação do Paraná apresenta propostas para melhorar advocacia pública

22/08/2025

Procuradoria-Geral do Estado

Após três dias de atividades, a etapa presencial das Caravanas de Inovação da Advocacia-Geral da União (AGU) no Paraná foi encerrada com a consolidação de uma rede colaborativa e a apresentação de propostas inovadoras para o setor. O evento, realizado em Curitiba, reuniu procuradores, advogados, servidores e especialistas que debateram construção de soluções para os desafios da advocacia pública. Ao todo, o evento contou com 20 palestrantes, a participação de mais de 200 pessoas na etapa virtual e um público expressivo no formato presencial.

As Caravanas da Inovação percorrem dez estados, oferecendo em cada parada uma programação que inclui workshops, treinamentos e desafios de inovação. O objetivo é a construção da primeira Rede Nacional de Inovação Jurídica da Advocacia Pública Brasileira.

No evento presencial no Paraná foram destacados temas como capacitação contínua, inovação baseada em dados, aplicação do Marco Legal de CT&I, soluções de conflitos, desjudicialização em saúde e estratégias de redução da litigiosidade trabalhista. Os procuradores Luiz Henrique Sormani Barbugiani, Guilherme Soares, Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues, Diogo Carvalho Pessoa de Vasconcelos, Felipe Azevedo Barros e Victor Augusto Lima de Paula contribuíram com questões fundamentais para o fortalecimento da advocacia pública em rede.

- [Justiça libera mais R\\$ 47,7 milhões da indenização da Petrobras para ações ambientais](#)

O ponto alto da programação foi a apresentação final de seis grupos, compostos por variados perfis, que estimularam a diversidade de visões e experiências. O procurador-chefe da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação do Paraná, Guilherme Soares, apresentou o projeto de "Plataforma de gestão de riscos da Inteligência Artificial na Advocacia Pública", que envolveu integrantes da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, Advocacia-Geral da União, Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi) e procuradorias municipais. Esse projeto irá integrar a Carta das Caravanas, que

incluirá os desafios identificados durante o evento.

Guilherme Soares alerta para a importância do conhecimento ao usar a inteligência artificial. “A IA é um instrumento poderoso para aumentar a eficiência da Advocacia Pública e reforçar a sua credibilidade institucional, mas seu emprego demanda um uso ético e responsável”, enfatizou.

O procurador federal e gerente de projeto das Caravanas de Inovação, Henrique Tróccoli Junior, explicou que o último dia do evento foi considerado o momento de colocar em prática todo o aprendizado e as interações iniciadas na fase virtual. Ele destacou o intenso processo de facilitação dos grupos e a utilização de ferramentas e a prática do “pitch”, que aprimora a capacidade dos participantes de apresentar suas ideias de forma concisa e impactante.

Entre as propostas apresentadas, algumas se destacaram pela viabilidade de implementação em curto prazo, como a otimização de uma ferramenta já utilizada pelo INSS. Outros projetos, embora mais complexos, foram considerados “muito valiosos” e prontos para serem colocados em prática.

- [**Governador vai aos EUA receber prêmio internacional por políticas para idosos**](#)

PLATAFORMA – Para dar continuidade aos trabalhos e garantir que as ideias se tornem realidade, a AGU desenvolveu uma plataforma online. A iniciativa visa hospedar todos os desafios desenvolvidos em cada etapa das caravanas e servir como um ponto de acesso para que a sociedade e parceiros possam oferecer apoio, seja tecnológico, de voluntariado ou financeiro.

“Hoje, sem dúvida, a inteligência artificial está dentro da grande agenda, assim como a transformação digital. Temos também a área de saúde, licitações, desapropriação...são os problemas que a política pública enfrenta e que a gente pode resolver a partir da advocacia pública, colocando o advogado como agente de inovação”, destacou Tróccoli.

CARAVANA – As Caravanas da Inovação buscam construir a primeira rede nacional de inovação jurídica da advocacia pública brasileira. Ao final dos encontros, as procuradorias estaduais e municipais devem criar uma relação de cooperação e aprendizado entre os órgãos, com o objetivo de formar uma rede nacional de inovação jurídica.